

PMDB admite acordo para 2º turno

Ameaça de buraco negro reabre as negociações com Governo e o PFL

O líder do PFL, José Lourenço, com apoio de lideranças do Governo e do PDS, conseguiu ontem à tarde a liderança do PMDB na Constituinte a promessa de que será buscado um acordo prévio sobre pontos polêmicos antes da votação do texto global da Constituição em segundo turno. As ameaças de um impasse maior, que provocasse inclusive um buraco negro definitivo com a falta de quorum, levaram o líder peemedebista na Constituinte, Nelson Jobim, a abrir negociações junto com os demais partidos para garantir a votação do projeto sem riscos. Depois de ver frustrada uma reunião de líderes na parte da manhã, Jobim atendeu a convocação de José Lourenço para um encontro reservado, quando foram discutidas novas regras para a votação em segundo turno.

— Estamos procurando o entendimento que permita a votação do texto base de forma não traumática, revelou Nelson Jobim ao término da conversa com José Lourenço. Desta reunião participaram ainda, a pedido do líder do PFL, o líder do governo no Senado, Saldanha Derzi (PMDB/MS), o presidente do PDS, senador Jarbas Passarinho, o líder do partido, Amaral Netto, o líder do PFL no Senado, Marcondes Gadelha, e o deputado Bonifácio de Andrada (PDS/MG), do Centrão.

Ao sair do encontro, em tom menos agressivo, o líder José Lourenço afirmou que Nelson Jobim havia, mostrando disposição para o entendimento, ou seja, a aceitação de rever pontos que o PFL e o Governo consideram danosos aos interesses do País. Dentro desta estratégia de forçar a negociação, na própria reunião Lourenço indicou uma comissão, que irá relacionar quais são estes pontos, composta pelos deputados José Lins (PFL/CE), Bonifácio de Andrada (PDS/MG) e o líder do PTB Gastone Righi.

Com o PFL e até mesmo o PT, Righi defendeu a necessidade de uma negociação prévia antes da votação do texto global. "Estamos temerosos de que, votado o projeto em bloco, sejam aprovadas 10 a 15 anomalias, porque talvez não consigamos os 280 votos favoráveis para suprimí-las", admitiu o líder do PTB, adiantando que pretendem então negociar entre 10 a 12 emendas consensuais, com a garantia de que tais "anomalias" ficarão fora do projeto.

Na lista que a comissão deverá apresentar hoje à liderança do PMDB para reexame estão a imprescritibilidade das causas trabalhistas no meio rural, proibição do comércio de sangue e hemoderivados, imposto de 5% sobre ganhos de capital, turno de 6 horas, efetivação dos funcionários públicos com mais de 5 anos de trabalho, licença-paternidade, voto aos 16 anos, tabelamento dos juros bancários em 12%, anistia fiscal, proibição dos contratos de risco, direito de greve para funcionários públicos e aposentadoria com todos os direitos.

Logo após a reunião solicitada por José Lourenço, o líder do PMDB convocou para nova reunião os líderes do PSDB na Constituinte.

te, Artur da Távola, e o representante do PT, deputado Plínio de Arruda Sampaio. "Vamos discutir com os demais partidos a viabilidade destes pontos, para definirmos mais claramente algumas posições antes de começarmos a votar", explicou Jobim, afirmando que o tipo de ameaças de manobras comandado pelo PFL "faz parte do jogo parlamentar legítimo".

Além da lista de matérias que o PFL pressiona para que faça parte de um acordo prévio, o senador Jarbas Passarinho revelou que o deputado Bonifácio de Andrada defendeu ainda a votação por capitulos, e não votação global como é decisão da Mesa da Constituinte. O presidente do PDS condenou a proposta por achá-la absurda, mas o líder peemedebista mostrou-se receptivo.

O que Nelson Jobim deixou claro na reunião é que nesta fase dos trabalhos não tem sentido a permissão do Destaque para Votação em Separado (DVS), como quer o líder do governo Carlos Sant'Anna. Ele reafirmou que este dispositivo é impossível no segundo turno, uma vez que toda a matéria do texto constitucional foi aprovada na primeira fase com 280 votos. "Pretender fixar o DVS ou 280 votos para aprovar tudo novamente é desconsiderar totalmente o primeiro turno", ponderou.

Embora não aposte na possibilidade do buraco negro nem em um adiamento indefinido das votações em segundo turno, Jobim anunciou que a estratégia do PMDB daqui para frente é continuar na defensiva, mesmo com a abertura de novos entendimentos.

Ainda hoje ele espera receber a lista de pontos que a comissão designada por Lourenço irá apresentar, para que à tarde possam ser iniciadas as votações. Já o líder pefelista garantiu que o momento é de "afeto e não de radicalização", mas deixou claro que se não houver entendimento sobre os pontos que considera "nocivos" aos interesses nacionais, poderá voltar a manobrar pelo adiamento da Constituinte.

Apoiando o líder do PMDB na reunião com os conservadores, o senador José Fogaça (PMDB/RS) afirmou que o PMDB, no segundo turno, "vai jogar como um time que ganhou a primeira partida, a quem o empate serve para ganhar o campeonato".

A princípio, ele entende que todos os pontos são negociáveis, sem se referir a pontos que o partido tenha eleito como "intocáveis" nesta fase de entendimentos. Fogaça preferiu citar pontos que o PMDB vai defender com mais veemência, como o destaque que prevê a supressão do artigo que proíbe a desapropriação de terras produtivas para efeito de reforma agrária.

Quanto ao turno máximo de 6 horas nas jornadas de revezamento, o vice-líder do PMDB disse que a concessão que o partido permitiu nas negociações é a supressão da expressão "máximo". "O PMDB não vai além desta concessão. Se as negociações coletivas estabelecerem jornadas maiores, será outro problema". (A estratégia da liderança do Governo está explicada na página 5).

Samey só irá hoje à TV

O presidente José Sarney fará, hoje, um pronunciamento à Nação, através de uma cadeia de rádio e televisão para informar a sociedade os custos que a futura Constituição acarretará, se não forem suprimidos alguns dispositivos aprovados no primeiro turno. Principalmente aqueles que embora representem um benefício para o cidadão poderão levar o País à ingovernabilidade, uma vez que não tiveram a necessária provisão de recursos.

O pronunciamento presidencial deveria ser feito ontem, às 21h20, mas foi adiado para hoje, segundo uma fonte credenciada do Palácio do Planalto para que não seja vinculado à campanha das multinacionais — iniciada ontem, em rede de televisão, para defender os interesses destas empresas junto à Assembleia Nacional Constituinte. "O Presidente decidiu adiar para evitar qualquer identificação com o lobby das multinacionais o que seria indesejável para o Governo", explicou a fonte.

A decisão do pronunciamento de Sarney foi tomada no domingo à noite, após reunião do Presidente com os ministros militares: Leônidas Pires Gonçalves, do Exército; Henrique Sabóya, da marinha; Moreira Lima, da Aeronáutica; Walbert Lisieux, do EMFA; Bayma Denys, do Gabinete Militar, e Ivan de Souza Mendes, do SNI. O objetivo deste encontro foi analisar os pontos que o Governo não aceita no projeto de Constituição apro-

GIVALDO BARBOSA



Descontraído entre os ministros militares, com quem se reunira no domingo, Sarney presidiu a solenidade

Militares alertam para impasse

Se não houver acordo de "alto nível" para modificar o projeto da Nova Constituição o País ficará ingovernável, não se descartando até mesmo a possibilidade de impasse institucional. A constatação foi feita ontem por um dos ministros militares que participou, domingo à noite, no Palácio da Alvorada, de reunião com o presidente José Sarney, para análise do texto que será votado em segundo turno.

Revelou ainda que, na reunião de domingo, os ministros militares deram todo o respaldo às preocupações de Sarney, principalmente em relação às despesas previstas de quase três trilhões de cruzados, ao arquivamento dos decretos-leis ainda não votados e a outros "excessos" do projeto constitucional já aprovado em primeiro tur-

no. Ontem à tarde, durante cerimônia realizada no Estado-Maior das Forças Armadas, os ministros militares conversaram com vários parlamentares, a todos manifestando a mesma preocupação e esperando que prevaleça o bom senso para introduzir mudanças no segundo turno de votação da nova Carta.

Na reunião, o presidente pediu apoio dos ministros militares para os temas constitucionais que o Palácio do Planalto pretende rejeitar no segundo turno de votação na Assembleia Nacional Constituinte, tais como a aposentadoria proporcional aos 30 anos; turno corrido de seis horas e anistia para as micro e médias empresas prejudicadas com o Plano Cruzado. A informação foi confirmada por um oficial-general de quatro estrelas, presente

ontem à solenidade de entrega de medalha no Estado-Maior das Forças Armadas, quando Sarney presidiu a solenidade alusiva à passagem dos 42 anos de criação do EMFA.

O lobby militar junto aos constituintes, durante o primeiro turno alcançou pleno êxito, conseguindo que todos os itens de seu interesse fossem aprovados, fato que motivou o presidente Sarney a pedir o apoio militar. Para o ministro Moreira Lima, que afirma ser prejudicial ao Ministério da Aeronáutica a aprovação do turno de seis horas, a pauta da reunião do presidente com os ministros militares, foi de rotina. Ele acha natural que o chefe da Nação consulte os ministros militares, como o faz com os civis, sobre assunto de interesse do Governo.

EMFA condecora ministros civis

Durante a solenidade de passagem do 42º aniversário do Estado-Maior das Forças Armadas, o ministro-chefe do EMFA, almirante Valbert Lisieux de Figueiredo fez a entrega da Medalha da Ordem do Mérito das Forças Armadas a 80 agraciados, entre os quais os ministros civis

Rio Grande do Norte. Na Ordem do Dia o ministro-chefe do EMFA destacou a importância do órgão na estrutura militar brasileira, para o planejamento combinado harmônico e para as ações militares coordenadas no mar, na terra e no ar.

Lisieux pediu que "renovemos, de público, os votos de fé e de esperança no futuro da Nação". Além do presidente Sarney, que chegou ao local com 15 minutos de atraso, estiveram presentes todos os ministros militares, os generais de quatro estrelas do Alto Comando do Exército, parlamentares e outras autoridades convidadas.



João Alves, condecorado

Multis investem em nova imagem

As empresas estrangeiras instaladas no País ocuparam ontem 10 minutos do horário nobre das televisões brasileiras para mostrar uma imagem positiva e tentar derrubar as restrições que lhes são impostas pelo projeto constitucional, embora sem citar a Constituinte. Um mundo sem fronteiras foi o que pregaram as multinacionais, destacando iniciativas nesse sentido tomadas por países comunistas como a União Soviética e a China.

Promovido pelas Confederações Nacionais da Indústria (CNI), do Comércio (CNC) e das Associações Comerciais (CNAC), além da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), o programa ressaltou que a poupança interna brasileira é insuficiente para o crescimento do País, que depende de recursos do exterior. E defendeu, a propósito, que deixar os investidores estrangeiros investirem no País é melhor que buscar recursos fora.

Segundo as multinacionais, o Brasil gastou, em 86, US\$ 10 bilhões 55 milhões com juros da dívida externa, enquanto as remessas de lucros e dividendos delas para o exterior, no mesmo ano, foi de apenas US\$ 1 bilhão 278 milhões. Destacaram, ainda, que são responsáveis por 19 por cento da mão-de-obra empregada no País e representam 26 por cento do produto industrial brasileiro. Um operário satisfeito com o patrão multinacional e o líder sindical Joaquim dos Santos Andrade pregando a favor do capital estrangeiro, desde que com restrições, ajudaram a compor o programa.

Nem quorum, nem acordo, nem voto

A falta de quorum durante a sessão de ontem adiou para hoje o início dos trabalhos do segundo turno. As 15h30m, como o painel registrava a presença de apenas 230 constituintes, o presidente Ulysses Guimarães considerou-se obrigado a encerrar a sessão, convocando uma outra para hoje às 13h30m. Antes de sair do plenário, Ulysses pediu aos líderes que solicitassem "encarecidamente" aos constituintes de suas bancadas a presença hoje em Brasília. Porém, mesmo se houver quorum, só se votará qualquer proposta caso os entendimentos entre as bancadas dêem certo.

As declarações do líder do PFL, deputado José Lourenço, pelo adiamento da promulgação da nova Carta e as articulações no sentido de rejeitar todo o projeto aprovado no primeiro turno foram muito

criticadas pelos constituintes durante o pinga-fogo. José Lourenço chegou às 15h30m, quando Ulysses já encerrava a verificação de quorum, e não rebateu nenhuma das críticas recebidas.

— Estou convencido de que o deputado José Lourenço não tem o respaldo de seu partido para se manifestar assim. Ele nega a legitimidade da Constituinte porque não tem compromisso com este País. E um apátrida que há de trair quando outras nações daqui sair, porque para cá veio após ter traído o povo angolano — disparou o deputado Paulo Ramos (PMDB-RJ).

O deputado Humberto Souto (PFL-MG) classificou de "moderno, sério e avançado" o texto aprovado no primeiro turno e manifestou sua preocupação com as declarações de "lideranças expressivas" pela prorrogação da Constituinte. O deputado Victor Facioni (PDS-RS) fez coro a seus companheiros de pinga-fogo:

— Não se joga leviana, demagógica e irresponsavelmente com o destino de uma Nação de 140 milhões de habitantes. Que tenham entregado numa

bandeja a ordem econômica nacional tudo bem, já aconteceu. Mas que queiram agora jogar também com o destino político, com a ordem política nacional, já é demais.

Na realidade, o presidente Ulysses Guimarães poderia ter aguardado um pouco mais para suspender a sessão; os parlamentares sabiam que estavam presentes no edifício do Congresso, constituintes suficientes para garantir número. "Ao menos os 50 necessários estavam por aí, nos corredores ou gabinetes", dizia um experiente senador.

Os 329 ausentes não eram, como se imaginava, apenas membros do Centrão. Pelo contrário, os faltosos distribuíam-se quase proporcionalmente entre conservadores e esquerdistas.

JULIO ALCANTARA



Com o Plenário só parcialmente ocupado, Ulysses preferiu suspender a sessão, sem aguardar mais

Custos já chegam a Cz\$ 2,2 trilhões

O Governo não tem interesse que o projeto de Constituição caia no buraco negro ou que ocorra qualquer retardamento na elaboração do texto constitucional. Não quer a rejeição do projeto do relator Bernardo Cabral, mas deseja que seja realizado um entendimento para suprimir ou modificar os 12 ou 15 pontos polêmicos considerados nocivos para o País. A análise foi feita pelo senador Marcondes Gadelha, líder do PFL no Senado, ao deixar o Palácio da Alvorada, depois de examinar com o presidente José Sarney, por mais de quatro horas, a estratégia que será utilizada no segundo turno de trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte. Sarney revelou para Gadelha que os custos do texto vão além dos Cz\$ 2,2 trilhões, de acordo com levantamentos feitos pela área econômica. Ele também disse que o parlamentar revelaria esse dado à Nação, em pronunciamento em cadeia de rádio e televisão, que foi transferido para hoje.

Para sustentar o posicionamento do governo, Gadelha invoca o testemunho de juristas, que consideram que "cabe sobre a Constituição um juízo crítico, que tenha o mesmo alcance e a mesma incisividade daquele do primeiro turno"; argumenta. Ele explica que do jeito que as coisas estão colocadas atualmente, isso não vai acontecer no segundo turno, porque seria apenas um processo de homologação do que já foi decidido. O Governo gostaria então que "o mesmo alcance que se deu ao Destaque para Votação em Separado, fosse dado no segundo turno". Isso quer dizer, quem quiser aprovar uma matéria tem de colocar 280 constituintes em plenário.

E jurídico e certo que o mesmo esquema seja utilizado no segundo turno, sustenta o senador, afirmando que o relator Bernardo Cabral fez modificações muito importantes, gerando um texto novo, com pelo menos 96 alterações relevantes que precisam de uma nova análise. E sobre esse ponto que o Governo gostaria que houvesse um entendimento, não mudando, mas mantendo o regime do primeiro turno. Isso é muito diferente de querer a revogação de todo o texto. O Governo "não quer trabalhar sobre votações, nem armar coisa nenhuma, o governo quer o entendimento e uma solução consensual". Essa fórmula vai ser levada e negociada com o deputado Ulysses Guimarães, mas ele não é obrigado a concordar com a idéia, concluiu o senador.

Para sustentar o posicionamento do governo, Gadelha invoca o testemunho de juristas, que consideram que "cabe sobre a Constituição um juízo crítico, que tenha o mesmo alcance e a mesma incisividade daquele do primeiro turno"; argumenta. Ele explica que do jeito que as coisas estão colocadas atualmente, isso não vai acontecer no segundo turno, porque seria apenas um processo de homologação do que já foi decidido. O Governo gostaria então que "o mesmo alcance que se deu ao Destaque para Votação em Separado, fosse dado no segundo turno". Isso quer dizer, quem quiser aprovar uma matéria tem de colocar 280 constituintes em plenário.

Bancada não aceita zerar Constituinte

Uma constatação apenas levou ontem o líder do PFL, deputado José Lourenço, a adotar uma postura mais flexível nas negociações em torno do segundo turno: ele não tem o respaldo da bancada para derrubar o texto do primeiro turno, zerando tudo a fim de começar outra vez. Isso lhe foi dito sem muitas palavras durante reunião de vice-líderes de coordenadores de bancada no final da tarde. Apenas o senador João Menezes e o deputado Gilson Machado apoiaram a idéia.

Como tiveram tempo de analisar a postura do líder, que aguardavam voltar da sala do deputado Nelson

Jobim, os coordenadores e vice-líderes trocaram idéias na ante-sala do gabinete da liderança. Concluíram entre outras razões, que derrubar o projeto em plenário seria um tiro fatal no PFL em relação às eleições municipais, porque não teriam como explicar uma postura tão radical.

Apesar de não participar do colégio de vice-líderes nem ser coordenador de bancada, apenas o deputado Luiz Eduardo Magalhães se aliou ao líder na idéia de derrubar o texto do primeiro turno. Ele disse que prefere o entendimento, mas sem ele vota contra.